

A FREGUESIA DA SÉ DE LISBOA: DEMOGRAFIA E SOCIEDADE (1563-1755)

ANABELA GODINHO*

Resumo: A exploração dos registos paroquiais de baptismos, casamentos e óbitos da freguesia da Sé de Lisboa, desde meados do século XVI a meados do século XVIII, com base na metodologia de reconstituição de paróquias de Norberta Amorim, viabilizou a análise de comportamentos demográficos da sua população, antes do grande terramoto ocorrido nesta cidade, e uma aproximação à realidade social da paróquia, através dos dados qualitativos, como cargos, condição e profissões.

Situada num local central, próximo da Ribeira e do Tejo, a Sé foi um dos primeiros espaços urbanizados de Lisboa e uma das maiores freguesias desta cidade. Segundo Cristóvão Rodrigues de Oliveira, a sua população situava-se nas seis mil cento e oitenta e sete almas e setecentos e dezoito vizinhos, em 1551. Em 1620, Frei Nicolau de Oliveira, apresentou-a como a sexta maior de Lisboa e a maior das sete freguesias da Cerca Moura. Pela análise demográfica, observámos tratar-se de uma freguesia urbana com uma forte mortalidade e mobilidade, compreensível pela sua localização junto ao porto de Lisboa, num período em que a capital vivia tempos áureos, devido ao comércio marítimo. Percebemos que as idades médias femininas e masculinas ao primeiro matrimónio eram baixas, mas a grande percentagem dos casamentos aí realizados envolviam nubentes não naturais da paróquia, vindos de uma diversidade de pontos do país, sobretudo do norte, mas também do estrangeiro.

Palavras-chave: Lisboa; Freguesia da Sé; Demografia; Sociedade.

Abstract: The examination of the Sé parochial records of baptisms, marriages and deaths, between the mid-sixteenth and the mid-eighteenth century, based on Norberta Amorim's methodology of parish reconstitution, enabled the analysis of the population's demographic behaviour and also an approach to the parish's social reality, based on qualitative data, such as positions, condition and professions.

Located in a central area, close to the «Ribeira» (literally, the riverside) and the Tagus, the Sé (parish named after the Lisbon See) was one of the first urbanized zones in Lisbon and one of its largest parishes. According to Cristóvão Rodrigues de Oliveira, its population stood at six thousand one hundred eighty-seven and seven hundred and eighteen neighbours, in 1551. In 1620, Frei Nicolau de Oliveira, presented it as the sixth largest parish in Lisbon and the largest of the seven parishes of the Cerca Moura.

Based on demographic analysis, we found that it was an urban parish with a strong mortality and mobility, understandable due to its location near the Lisbon port, at a time that the capital was experiencing a golden age, derived from the maritime trade of the Discoveries. Our study also revealed the existence of low average ages for males and females at the time of their first marriage and that a large percentage of marriages involved spouses who had not been born in the parish. They came from several parts of the country, especially from the north, as well as from abroad.

Keywords: Lisbon; Parish of the Sé; Demography; Society.

INTRODUÇÃO

Partindo dos registos paroquiais da freguesia da Sé de Lisboa, desde 1563, ano dos primeiros registos conhecidos para essa paróquia, e o terramoto de 1755, tivemos como principal objectivo analisar comportamentos demográficos de nupcialidade, fecundidade legítima e ilegítima, mortalidade e mobilidade da sua população, antes da grande mudança de feição da cidade, não deixando de explorar dados qualitativos referidos pelos párocos, no sentido de uma aproximação à realidade social da paróquia, nesse período.

* Doutorada em História Moderna e Contemporânea, na especialidade de História Económica e Social no Período Moderno. Investigadora do CITCEM.

Para esta análise, construímos uma base de dados demográficos e sociais, através da aplicação da metodologia de «reconstituição de paróquias» aos registos paroquiais de baptismos, casamentos e óbitos, porque, ao fornecerem informações sobre os actos vitais dos indivíduos, apresentam-se como fontes privilegiadas para o estudo das populações do passado. Trata-se de um método de exploração dos registos paroquiais desenvolvido em Portugal, por Norberta Amorim (1992). Viabiliza estudos demográficos longitudinais sobre populações do passado, através da identificação dos indivíduos referidos nesses registos, relacionando-os com as suas famílias, em encadeamento genealógico, mediante uma aplicação informática. Através dos dados qualitativos que deles se podem retirar, permite identificar e comparar diferentes grupos sociais, avançando, assim, para abordagens de carácter sociológico. Tem ainda a vantagem de poder ser aplicada a grandes paróquias urbanas, como a paróquia da Sé de Lisboa.

Situada na parte ocidental da Península Ibérica e na província da Estremadura, Lisboa foi um lugar privilegiado desde os tempos mais remotos, devido, em parte, à sua localização geográfica, junto ao estuário de um rio navegável, o Tejo, e ao seu clima ameno e suave (ALBUQUERQUE, 1994). É uma cidade muito antiga, habitada por Fenícios, Gregos, Cartagineses, Romanos, Germanos, Árabes.

Com os Árabes, a cidade foi delimitada pelas muralhas, que se estendiam desde o núcleo fortificado até à praia, às quais se deu o nome de Cerca Moura (GASPAR, 1994). Conquistada aos Mouros em 1147, Lisboa foi cidade de corte desde meados do século XIII, mas, foi após a viagem de Vasco da Gama à Índia (1497-99), com o desenvolvimento do grande comércio Oriental, sustentado essencialmente pelas especiarias, que, posicionada na convergência das grandes rotas do comércio mundial, ganhou uma importância relevante ao absorver e centralizar o comércio Oriental.

Lisboa foi crescendo em importância, a sua população aumentou, o seu espaço alterou-se e alargou-se, de modo que, no século XVI, era, não só, um centro político-administrativo, mas também um grande centro marítimo e comercial, com uma centralidade cada vez maior. Era uma grande cidade que se afirmava como capital do Reino e de um império marítimo, única realidade urbana do Portugal moderno e uma das mais importantes cidades da Europa (RODRIGUES, 1970).

Na parte oriental da cidade, no interior da Cerca Moura, num local central onde nascera a cidade de Lisboa, próximo da Ribeira e do Tejo, encontrava-se a freguesia da Sé. Fundada, provavelmente, no ano 1150 (OLIVEIRA, 1987), é uma das mais antigas freguesias da cidade (Brito, 1935). Foi sede de bispado, desde o tempo de D. Afonso Henriques, e elevada a sede de arcebispado de Lisboa, em 1394. Nela funcionaram os primeiros Paços do Conselho da cidade, até à reunificação do Senado da Câmara de Lisboa, em 1741.

Foi também um importante centro religioso, com a sua Igreja Maior, catedral de Lisboa, cabeça das restantes freguesias da cidade. Nesta igreja, numa das suas capelas, encontrava-se guardado, com grande veneração, o corpo do mártir S. Vicente, padroeiro da cidade de Lisboa, aí colocado pelo rei D. Afonso Henriques (CARVALHO, 1869). A devoção a Santo António, natural desta freguesia e baptizado na igreja da Sé, em 1195,

tornou-a, ainda, um centro de concentração e peregrinação popular, com missas, festas e procissões em honra do santo.

Mas, além de importante centro religioso, a freguesia da Sé foi sede de poder, espaço cívico, político e administrativo. Nela residiram membros da corte, nobres, oficiais régios e burgueses ligados a actividades liberais, como o testemunham os nomes de algumas ruas, como: Rua Afonso de Albuquerque; Rua do Conde de Portalegre; Rua do Bispo Governador.

A existência de «mercearias» e da Misericórdia nesta freguesia, fez, também, com que fosse local de prestação de cuidados aos mais desfavorecidos e doentes (CASTILHO, 1936). Nas costas da Igreja de Santo António, à Sé, funcionou, ainda, um Recolhimento de moças donzelas órfãs, administrado pela Misericórdia.

Mas, na freguesia da Sé, havia também o Aljube, uma cadeia para crimes do foro eclesiástico, perto da Igreja da Sé (BRANDÃO, 1552).

Segundo Cristóvão Rodrigues de Oliveira, eram muitos os membros do clero existentes nesta igreja, catedral de Lisboa. A freguesia tinha, contudo, uma população bastante diversificada, desde naturais a estrangeiros, livres e escravos que desempenhavam uma diversidade de cargos ou actividades ocupacionais, ligadas, por exemplo, ao mar, à indústria das canastras ou à hospedagem, bastante importantes na freguesia da Sé, nos séculos XVII e XVIII (Macedo, 1936).

EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DA CIDADE DE LISBOA E DA FREGUESIA DA SÉ

O crescimento populacional registado em Portugal durante os séculos XV, XVI e XVII foi internamente desigual, privilegiando os centros urbanos em detrimento das zonas rurais (MARQUES, 1995).

Durante esse período, Lisboa foi o centro preferencial de crescimento demográfico. A posição de destaque que ocupava como palco das descobertas marítimas e como centro do grande comércio mundial, tornaram-na, cada vez mais, no grande centro de atracção do Reino. Ao mesmo tempo que crescia em importância, a sua população ia aumentando ao longo dos séculos XIV e XV, passando dos cerca de vinte mil habitantes nos finais do século XIII, para mais do dobro no início do século XVI (MARQUES, 1994).

O crescimento populacional e urbano da cidade de Lisboa é bem visível através do primeiro levantamento da população portuguesa, realizado entre 1527 e 1532, ordenado pelo rei D. João III. Os cinco por cento de portugueses que habitavam na cidade de Lisboa no início do século XVI, tinham passado para, aproximadamente, seis por cento, tendo continuado a aumentar até ao início do século XVII (RODRIGUES, 1997).

Lisboa era, na altura do numeramento, uma grande metrópole a nível europeu, com uma população que se situava entre os cinquenta mil e os sessenta e cinco mil habitantes (MARQUES, 1995).

Segundo o levantamento efectuado em 1551, Cristóvão Rodrigues de Oliveira, no Sumário, apontou para Lisboa uma população de cem mil habitantes, dos quais nove mil novecentos e cinquenta eram escravos. Além destes, entravam todos os dias muitos

vindos nas naus. Os habitantes desta cidade eram muito diversificados em relação à condição social e às actividades económicas por eles desempenhadas. Aí conviviam gentes de todas as raças e proveniências. Havia muitos mercadores estrangeiros e muitas outras pessoas que vinham de fora (OLIVEIRA 1938).

Mas, entre os habitantes de Lisboa havia muitos pobres e mendigos. Segundo João Brandão, eram mais de dois mil pobres pedintes, em meados do século XVI.

Para a celebração do culto divino, havia em Lisboa muitos eclesiásticos: cónegos, curas, priores e outros. Eram também muitos os religiosos, frades e freiras, que estavam nos Mosteiros da cidade (OLIVEIRA, 1938).

Relativamente ao número de pessoas existentes em Lisboa, o Cardeal Alexandrino, enviado a esta cidade pelo papa Pio V, em 1571, ao longo do caminho que percorreu pelas ruas da cidade, apercebeu-se que havia tanto povo «que se calculou haver aí mais de cento e cinquenta mil pessoas» (CASTELO-BRANCO, 1982, p. 367).

Mas, a segunda metade do século XVI, foi para o Reino e para a capital uma época de continuadas calamidades, instabilidade política, perda da independência em 1580, recrutamento de gente para a guerra e, com a peste grande de 1569, iniciara-se um período de grande mortalidade. Lisboa continuava, contudo, a ser o grande pólo de atracção do Reino e mantinha o predomínio económico, político e demográfico. A sua população continuou a aumentar e Lisboa continuou a crescer, sendo a cidade portuguesa e da Península que mais cresceu, ao longo dos séculos XVI e XVII (RODRIGUES, 1994). Por volta de 1620, a sua população situava-se à volta dos cento e sessenta e cinco mil habitantes.

Em 1640, a Restauração da independência e guerra que daí decorreu fez com se tivessem vivido tempos difíceis. Estava-se perante uma conjuntura negativa que se prolongou até quase ao final do século XVII, reflectindo-se num decréscimo da população de Lisboa. O fim da guerra contra Espanha e a recuperação económica, já sentida na parte final do século XVII, foram factores essenciais para a reposição de efectivos populacionais, perdidos durante esse período. Na segunda metade do século XVII, parece terem sido apenas restituídos os efectivos populacionais, perdidos entre 1620 e 1650 (RODRIGUES, 1997).

As primeiras décadas do século XVIII foram de recessão geral da população do Reino. Lisboa, embora tivesse acompanhado a recessão geral da população do país, com um crescimento populacional moderado nas três primeiras décadas do século XVIII, continuava a ser o grande centro de atracção (RODRIGUES, 1997). Nos anos seguintes, devido, também, à prosperidade económica resultante da descoberta e exploração do ouro do Brasil e à simultânea transformação do comércio externo português (SERRÃO, 1990), Lisboa voltou a registar um rápido aumento populacional, interrompido apenas em consequência das mortes ocasionadas pelo grande terramoto de 1755 e pelo elevado número de pessoas que, seguidamente, abandonaram a cidade. Nessa altura, Lisboa tinha cerca de cento e noventa e um mil habitantes (RODRIGUES, 1997).

Entre o levantamento populacional de 1527-32 e até meados do século XVIII, a cidade de Lisboa tinha aumentado para mais do triplo, o número dos seus habitantes (RODRIGUES, 1997).

No que se refere à evolução da população da freguesia da Sé, parece ter havido uma

estagnação populacional entre 1551 e 1620, seguindo-se um decréscimo populacional que se reflectiu nos quatro mil duzentos e cinquenta e cinco habitantes, antes do terramoto de 1755.

Quadro 1: Evolução da população da Freguesia da Sé, 1551-1755

ANO	FONTE	HABITANTES
1551	Cristóvão Rodrigues de Oliveira (a)	6.187
1620	Fr. Nicolau de Oliveira (b)	6.187
Antes de 1755	Padre João Baptista de Castro/ Padre Luiz Cardoso (c)	4.255

a) OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de (1938) – *Sumário em que brevemente se contém algumas cousas (assim eclesiasticas como seculares) que há na cidade de Lisboa*. Lisboa: Biblion, p. 5;

b) OLIVEIRA, Frei Nicolau de (1991) – *Livro das Grandezas de Lisboa*, Conhecer Lisboa: Vega, p. 529;

c) CASTILHO, Júlio de (1936) – *Lisboa Antiga Bairros Orientais* 2.ª ed. Lisboa, vol. VI, p. 222.

A freguesia da Sé era a mais abastada e populosa das sete freguesias da Cerca Moura. Ocupava a sétima posição entre as freguesias da cidade de Lisboa com maior número de habitantes, em meados do século XVI (OLIVEIRA, 1987). De acordo com o Sumário de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, as seis mil cento e oitenta e sete almas e os setecentos e dezoito vizinhos existentes nesta freguesia, em 1551, encontravam-se distribuídos por trezentas e cinquenta casas, dezoito ruas, seis travessas e doze becos.

Em 1620, Frei Nicolau de Oliveira, excluindo os indivíduos com menos de sete anos, os escravos, os portugueses hóspedes e os que vinham à corte por motivo de negócios, os marinheiros das conquistas, que vinham buscar a carga dos seus navios, e os estrangeiros que abundavam na cidade, apresenta a freguesia da Sé como a sexta maior freguesia de Lisboa e a maior da Cerca Moura, em número de pessoas. Contudo, mantinham-se as seis mil cento e oitenta e sete almas e os setecentos e dezoito vizinhos, existentes em 1551.

A estagnação do crescimento populacional aí registado no século XVII, é, em parte, explicável pelo facto de, em meados do século XVI, a área urbana delimitada pela Cerca Moura e as freguesias mais antigas localizadas à sua volta serem as mais povoadas e, por isso, as que apresentavam uma menor capacidade de expansão, devido às limitações físicas do seu espaço, esgotando rapidamente a sua capacidade de crescimento populacional (RODRIGUES, 1997).

EVOLUÇÃO GLOBAL DOS NASCIMENTOS OCORRIDOS NA FREGUESIA DA SÉ ENTRE 1563 E 1755

Os registos paroquiais poder-nos-ão dar uma visão geral e aproximada da evolução da população, através dos movimentos anuais de nascimentos, casamentos e óbitos, obtidos a partir dos dados neles recolhidos.

Estes registos, conhecidos para a paróquia da Sé desde 1563, estão distribuídos por diversos livros de baptismos, casamentos, óbitos e mistos, isto é, onde se encontram registados os três tipos de actos, dentro de um mesmo período de tempo. De um modo

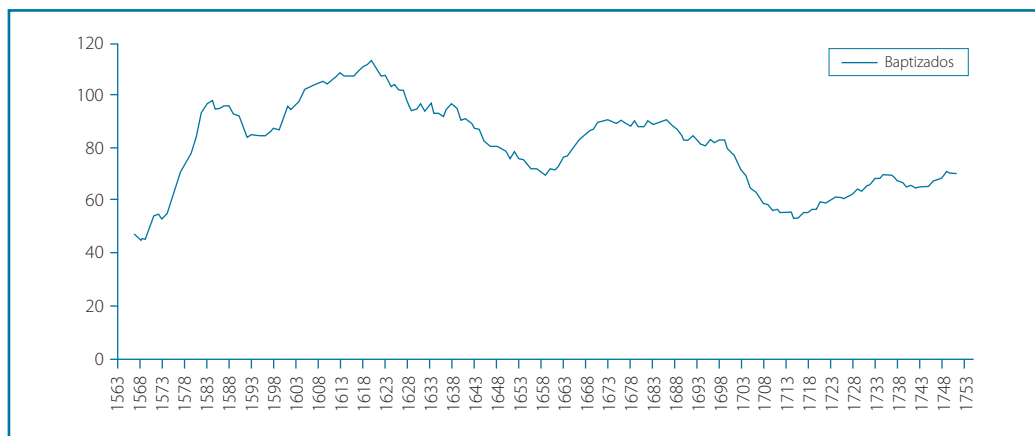
geral, os livros encontram-se em bom estado de conservação, não apresentam lacunas cronológicas e encontram-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

As informações neles recolhidas são de natureza diferente, mas complementares, sendo, por isso, indispensável o cruzamento das mesmas, a nível informático. Refira-se, contudo, a existência de limitações que se prenderam, fundamentalmente, com a inexistência de registos sistemáticos de mortalidade dos indivíduos menores de sete anos, ao longo de todo o período. Esta deficiente qualidade dos registos inviabilizou a apreciação do saldo fisiológico, através da comparação dos movimentos de baptizados e falecidos, e a análise do movimento geral da população da freguesia, e impediu o conhecimento de diversos comportamentos demográficos.

Limitados na nossa análise, apreciaremos o modo de evolução global do movimento dos baptizados, registados nos livros da paróquia da Sé entre 1563 e 1755, numa perspectiva de evolução demográfica da paróquia. Para isso, utilizámos o método das médias móveis de nove anos que permite uma normalização dos comportamentos e uma melhor percepção dos diferentes ritmos de crescimento e das mutações ocorridas ao longo de toda a observação, na medida em que são eliminados os efeitos perturbadores das flutuações anuais.

Pela observação da curva dos baptizados, gráfico 1, vimos que, após a peste de 1569, se assistiu ao maior movimento de crescimento do volume dos baptizados. Este movimento, embora interrompido pela altura da peste negra que, nos finais do século XVI, atingiu Lisboa, continuou a evoluir de modo positivo, atingindo o pico máximo de toda a observação por volta de 1620, com uma média anual de 113 nascimentos. Sabe-se que, aos períodos de intensa mortalidade, poderiam seguir-se eventuais aumentos dos casamentos, não só de celibatários mas também de viúvos, e, conseqüentemente, dos nascimentos, como parece ter acontecido na freguesia da Sé.

Gráfico 1: Movimento dos baptizados. Médias móveis de 9 anos, 1563-1755



A partir de 1620 e até por volta de 1660, o volume de nascimentos foi diminuindo e a média desceu para cerca de setenta nascimentos por ano. Conjunturas económicas e políticas desfavoráveis, como a Restauração da Independência e a guerra com Espanha, terão, certamente, interferido neste comportamento.

A tendência depressiva que se desenhou a partir dessa altura foi interrompida por uma fase de maior volume de nascimentos, entre as décadas de sessenta e oitenta do século XVII. Os finais desse século e a entrada no século XVIII foram marcados por um movimento de descida do volume de nascimentos que se prolongou até cerca de 1715, atingindo um mínimo anual de 53 nascimentos. A partir desse ano, o movimento de subida manteve-se mais ou menos estável até 1755. O ouro do Brasil e a prosperidade económica daí resultante terão certamente interferido de modo positivo, não se tendo, contudo, voltado a atingir os valores registados entre os finais do século XVI e 1620. A descida do rei D. Manuel da Alcáçova para o Paço da Ribeira, em meados do século XVI, foi acompanhada por um movimento de saída de população das zonas mais antigas da cidade, para locais mais próximos da Ribeira e do mar, fenómeno que, certamente, ter-se-á reflectido na diminuição da população da freguesia da Sé.

NUPCIALIDADE

IDADE MÉDIA AO PRIMEIRO CASAMENTO PARA OS QUE CASARAM ENTRE 1620 E 1755

Nas sociedades de Antigo Regime, o casamento era regulamentado pela Igreja Católica e traduzia-se na união indissolúvel entre homem e mulher, em face da Igreja, na presença de testemunhas e com a intervenção de um padre que os recebia por marido e mulher, dando origem a um novo núcleo familiar e ao início de um novo processo reprodutivo. O casamento era revestido da dignidade de sacramento e todo o acto sexual ocorrido fora dele, além de pecado mortal para a Igreja, era socialmente reprovado (LEBRUN, 1983).

Assim, num período anterior à difusão de métodos anti-concepcionais, em que a reprodução biológica das populações estava socialmente assente no casamento, no interior do qual ocorria a maioria dos nascimentos, a maior ou menor dimensão das famílias dependia, entre outros factores, da idade com que as mulheres contraíam o primeiro matrimónio, sendo, por isso, importante o estudo da nupcialidade (AMORIM, 1987).

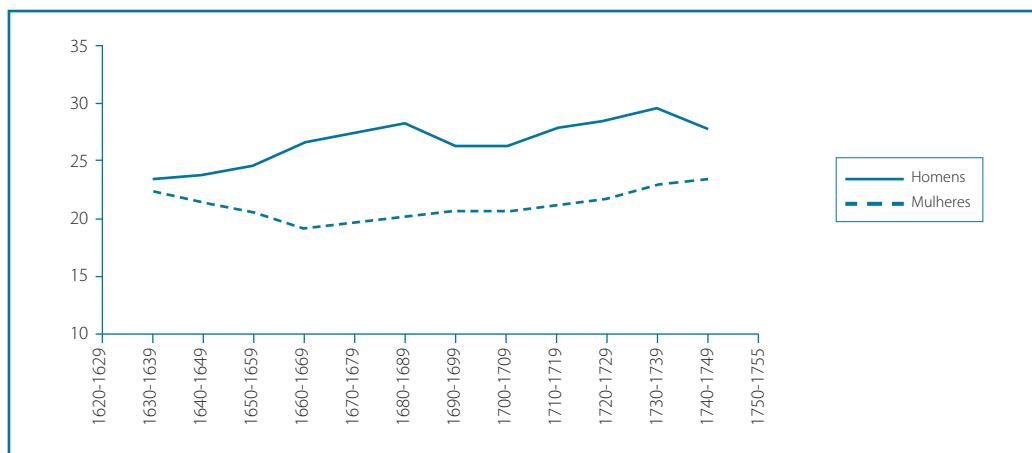
Neste sentido, para conhecermos o comportamento precoce ou tardio face ao primeiro matrimónio, deixámos passar os primeiros cinquenta anos em observação, idade estabelecida para o celibato definitivo, e calculámos as idades médias ao primeiro casamento masculino e feminino, por décadas, dos que casaram na freguesia da Sé de Lisboa, entre 1620 e 1755.

Constatámos que as mulheres casavam bastante jovens e com idades inferiores às dos homens. Durante esse período, as idades médias femininas de acesso ao primeiro casamento oscilaram entre os 18,8 anos, em 1660-1669, e os 24,6 anos, em 1750-1755. Nos homens, os valores oscilaram entre os 20,9 anos, em 1630-1639, e os 31,9 anos, em 1680-1689. A média para a totalidade do período situou-se nos 25,9 anos nos homens e

nos 21 anos nas mulheres, casando estas, em média, cerca de cinco anos mais novas do que eles.

Na representação gráfica das médias móveis de três décadas, que correspondem às observações decenais, é bem visível o distanciamento entre as idades médias masculinas e femininas de acesso ao primeiro matrimónio, ao longo de todo o período de observação.

Gráfico 2: Idade média ao primeiro casamento. Casamentos realizados entre 1620-1755 (médias móveis de 3 décadas)



Podemos nitidamente observar uma relativa elevação da idade média masculina que, embora não muito demarcada nas primeiras décadas de observação, foi acompanhada por uma descida na idade média feminina, até cerca de 1660-1669. Nos casamentos realizados até cerca de 1659, registou-se uma maior proximidade de idades médias dos noivos ao primeiro matrimónio. As mulheres casavam, em média, à volta dos 22 anos, casando os homens cerca de um ano e meio mais velhos do que elas, a rondar os 23,5 anos de idade.

O afastamento entre as idades médias masculinas e femininas foi bastante nítido ao longo de todo o período, mas sobretudo entre 1680-1689. Neste período, elas casavam, em média, entre os 19 e os 20 anos e eles entre os 27 e os 28, cerca de oito anos mais velhos do que elas. A partir dos finais do século XVII, observou-se uma aproximação entre as idades médias ao primeiro casamento, na freguesia da Sé de Lisboa.

Embora não possamos explicar as razões que, ao longo do período observado, terão levado aos diferentes comportamentos masculinos e femininos face à idade média ao primeiro matrimónio, sabe-se que o acesso ao casamento era influenciado pela situação económica dos rapazes e raparigas que necessitavam ter os meios materiais, necessários à constituição de um novo lar (LEBRUN, 1983). As guerras, as pestes, a descida dos rendimentos ultramarinos e outras situações que levavam a conjunturas económicas negativas, interferiam negativamente, levando a um eventual adiamento de casamentos, nesses períodos. Mas, numa cidade como Lisboa e na freguesia da Sé, onde, durante todo

o nosso período de análise, os movimentos de entrada e saída de população foram uma constante, resultantes da grande mobilidade geográfica inerente a uma importante cidade portuária, bem como a saída de homens para Além-mar, os resultados obtidos poderão reflectir, entre outras interferências, a influência da mobilidade diferencial, à qual a variável nupcialidade era particularmente sensível.

As baixas idades médias das mulheres ao primeiro casamento, encontradas na freguesia da Sé, reflectem uma relativa precocidade do casamento feminino que aponta para um contraste entre a nupcialidade do Norte e a do Sul de Portugal. Aqui, a superioridade etária dos homens ao primeiro matrimónio foi uma tendência secular que se alargou a algumas regiões mediterrâneas. Segundo Norberta Amorim (2004), as diferenças de comportamento face à idade média ao primeiro casamento masculino e feminino entre diferentes regiões de Portugal e Espanha parecem ser pouco significativas dentro da mesma região.

ORIGEM GEOGRÁFICA DOS NUBENTES CELIBATÁRIOS

Para observarmos os comportamentos de endogamia e exogamia conjugal, analisámos a origem combinada dos nubentes celibatários que casaram na paróquia da Sé, entre 1651-1700. Utilizámos os registos paroquiais de casamento, com naturalidades conhecidas. Em 1410 casamentos, identificámos a naturalidade de ambos os cônjuges.

Quadro 2: Origem combinada dos nubentes celibatários, 1651-1700 (%)

HOMENS	MULHERES	
	NATURAIS	DE FORA
Naturais	1,2	2
De fora	13	83,8

O quadro «origem combinada dos nubentes celibatários» aponta para uma grande abertura do mercado matrimonial ao exterior. A grande percentagem de homens e mulheres solteiros com naturalidade conhecida (83,8%) que, entre 1651 e 1700, aí celebraram casamento, não eram naturais da paróquia. Estes dados sugerem uma enorme atracção populacional inerente a uma freguesia urbana da cidade de Lisboa. Nesta análise, trata-se de jovens de ambos os sexos que, pelas mais variadas razões, entraram na freguesia, isoladamente ou integrados no agregado familiar. Pelas naturalidades dos indivíduos e pelo facto de muitos saírem do nosso campo de observação, percebemos que se tratava de uma freguesia com uma intensa mobilidade geográfica, com movimentos de entradas e saídas de população por motivos de residência, trabalho, negócio, guerra e mesmo embarque para Além-mar, entre outros.

Na segunda posição, com uma percentagem de 13%, encontravam-se os casamentos contraídos entre homens nascidos no exterior e mulheres naturais da freguesia da Sé. Os matrimónios envolvendo homens naturais da paróquia e mulheres nascidas no exterior foram apenas 2%. O maior peso proporcional de mulheres naturais da freguesia da Sé

que aí celebraram matrimónio, poderá apontar para o costume das noivas casarem na sua paróquia de origem. A percentagem mais baixa foi 1,2%, correspondente a casamentos em que ambos os noivos eram naturais da paróquia.

Relativamente aos locais de origem dos nubentes solteiros, com naturalidade conhecida, que, entre 1570 e 1700, casaram na freguesia da Sé, observámos uma multiplicidade de locais de origem e agrupámos os naturais do Reino em bispados e arcebispados, tal como eram referenciados nos registos da paróquia. Isto porque, o Reino de Portugal estava dividido em três Arcebispados: Braga; Lisboa e Évora, integrando cada um deles os seus respectivos bispados.

Assim, foi possível identificar que, dos 3.522 homens solteiros e das 3.177 mulheres solteiras, com naturalidade conhecida, 21,9% do total de homens eram naturais de Lisboa e, destes, apenas 4,1% eram naturais da freguesia da Sé. No caso das mulheres, em relação ao total das nubentes, 46,3% eram naturais de Lisboa. Destas, 22,1% eram naturais da freguesia da Sé. Estes valores apontam para uma intensa mobilidade geográfica para ambos os sexos, sobretudo para o sexo masculino.

Embora o mercado matrimonial fosse maioritariamente composto por pessoas de fora que afluíam à freguesia da Sé, prevalece a proximidade geográfica, nomeadamente no sexo feminino: 43,8% de homens solteiros e 68,5% de mulheres solteiras eram naturais do Arcebispado de Lisboa. Destes, 17,8% de homens e 24,2% de mulheres vinham de outras freguesias da cidade: Madalena, Santos, Anjos, S. João da Praça, S. Nicolau, Mártires, entre outras, o que aponta para uma intensa mobilidade interparoquial. Muitos vinham também do norte do país: 31,1% de homens solteiros e 16,5% de mulheres solteiras, com naturalidade conhecida, a casar na paróquia da Sé, eram oriundos do Arcebispado de Braga. De fora do continente encontram-se sobretudo mulheres e homens espanhóis, o que é compreensível pela proximidade geográfica e pelo domínio espanhol, entre 1580 e 1640. De locais longínquos encontrámos principalmente homens, embora em percentagens bastante reduzidas.

FECUNDIDADE

TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA POR GRUPOS DE IDADES

Sabe-se que, nas sociedades de Antigo Regime, a fecundidade dita «natural» ao ser influenciável por uma diversidade de factores, varia consideravelmente consoante as populações (AMORIM, 1992).

Estes diferentes comportamentos relativos à fecundidade dependem de variáveis demográficas interdependentes, como a mortalidade e a idade ao casamento, reguladores decisivos da fecundidade, e também da interação entre outros factores de natureza sociocultural, religiosa, económica, biológica que conduzem a estruturas demográficas específicas (BIDEAU, 1984).

Embora não possamos determinar em que medida esta diversidade de factores influencia os níveis de fecundidade, levando a comportamentos distintos, poder-se-ão analisar alguns indicadores que expressam o comportamento reprodutivo dos casais da freguesia da Sé de Lisboa.

Neste sentido, e tendo em conta que a maioria dos nascimentos ocorriam dentro do casamento, abordámos a fecundidade legítima, separadamente da fecundidade ilegítima.

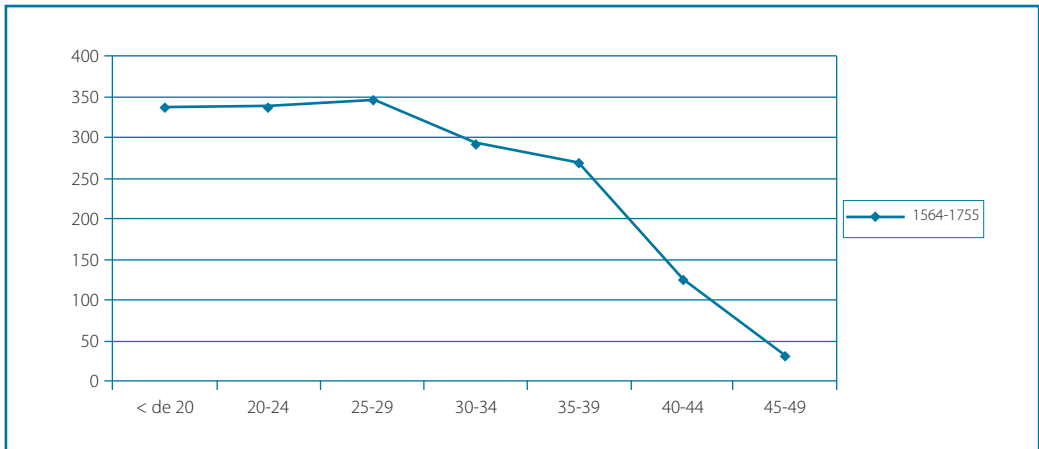
Para o cálculo da fecundidade legítima considerámos as famílias para as quais conhecemos a data de baptismo de todos os filhos, data de casamento, data de nascimento da mulher e data de óbito do primeiro cônjuge falecido, para o período de 1564-1755 e num total de apenas 120 famílias, que se deveu à grande mobilidade geográfica da paróquia da Sé.

Os indicadores utilizados foram: a taxa de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher, isto é, o número de crianças nascidas em cada ano de convivência conjugal por grupos de idade da mulher (AMORIM, 2004), a descendência teórica e a idade média da mãe ao nascimento do último filho.

Quadro 3: Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades. Descendência teórica (DT), 1564-1755 (mil mulheres).

OBS.	< DE 20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	D.T.
120	337	340	348	293	270	126	33	8,7

Gráfico 3: Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades (mil mulheres) 1564-1755



Constata-se que, em 1564-1755, as taxas de fecundidade mais elevadas registaram-se nas mulheres com 25-29 anos, seguindo-se as dos 20-24 anos e as do grupo de idades com menos de vinte anos, revelando uma maior capacidade reprodutiva das mulheres dessas idades. A partir do grupo dos 30-34 anos, o nível de fecundidade reduziu progressivamente, à medida que as mulheres avançaram na idade, tornando-se notória a associação entre a variável idade e a capacidade de reprodução dessas mulheres.

A descendência teórica, ou seja, a média de filhos esperada na ausência de ruptura de união, devido à mortalidade do cônjuge, foi 8,7 filhos por casal. Este comportamento é característico de uma época de fecundidade não controlada, em que a mulher casada,

em convivência conjugal, parece ter tido um comportamento reprodutivo constante, em que a descendência média ultrapassava os cinco filhos por mulher (FLINN, 1989).

A idade média da mãe ao nascimento do último filho situou-se nos 39,6 anos ao longo de toda a observação, 1564-1755.

NÚMERO DE FILHOS NASCIDOS POR CASAMENTO

Para a análise do número de filhos nascidos por casamento, considerámos todas as famílias para as quais eram conhecidas a data de casamento e de óbito do primeiro cônjuge falecido. Começámos por observar o número de filhos por união, independentemente do tempo de duração do casamento e da idade da mulher ao casamento. Mas, incidindo a nossa análise num período de Antigo Regime em que a população, à partida, se caracterizava pela existência de uma fecundidade e de uma mortalidade elevadas (RODRIGUES, 1995), funcionando a mortalidade precoce da mulher ou do seu cônjuge como condicionante da fecundidade legítima, observámos ainda o número de filhos nascidos por casamento, em função do número de anos que os casais permaneceram em união.

Constatámos que a percentagem de famílias infecundas foi elevada. Para 1651-1755, em 1124 famílias, 214 não tiveram filhos registados na paróquia, o que representa uma percentagem de 19%. Se considerarmos o total de famílias, a média de filhos nascidos por família foi 2,75. Se considerarmos apenas as famílias fecundas, a média de filhos por família sobe para 3,39. Destas famílias, as mais frequentes tinham um filho, seguindo-se as que tinham dois e três filhos.

Perante estes baixos valores encontrados, procurámos observar a influência da interrupção precoce dos casamentos no número de filhos nascidos por união, calculando a percentagem das famílias segundo o número de filhos, consoante os anos de duração dos casamentos, para 1651-1755.

Os valores apresentados no quadro 4 revelam os efeitos da ruptura precoce dos matrimónios. Em 1651-1755, 50,9% dos casais com cinco ou mais filhos estiveram casados entre vinte cinco e vinte e nove anos. Nos casais cujas uniões se mantiveram entre 10-14 anos, 15-19 e 20-24 anos, as percentagens dos que tiveram cinco ou mais filhos situaram-se nos 32,9%, 43,6% e 51,6%, respectivamente. Conclui-se que, as famílias que tiveram mais filhos foram as que mais anos permaneceram casados.

A média de filhos por casal subiu significativamente, associada à durabilidade do casamento, registando-se a média mais alta nos casais cuja durabilidade do matrimónio atingiu os 25-29 anos, com uma média de 5,17 filhos por família, em 1651-1755. Ao excluirmos as famílias estéreis, verificámos que esse valor subiu para os 6,27 filhos por família fecunda. Tendo em conta a intensa mobilidade geográfica da paróquia, admite-se que alguns filhos tivessem sido baptizados fora da freguesia. Contudo, as famílias cujo matrimónio foi precocemente interrompido pela morte de um dos cônjuges foram as que menos filhos tiveram.

A pouca durabilidade dos matrimónios aponta para elevados níveis de mortalidade adulta que, em parte, poderão explicar os elevados índices de infecundidade e o baixo

Quadro 4: Repartição das famílias segundo o número de filhos (consoante a duração do casamento em anos),
1651-1755

NÚMERO DE FILHOS	DURAÇÃO DOS CASAMENTOS											
	0-4		5-9		10-14		15-19		20-24		25-29	
	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%
0	75	21,2	43	15,7	32	22,3	25	22	12	13,2	11	17,5
1	156	44	43	15,7	20	14	13	11,5	12	13,2	4	6,3
2	98	27,7	72	26,4	11	7,7	9	7,9	9	9,9	8	12,7
3	23	6,5	54	19,8	14	9,8	6	5,3	4	4,4	4	6,3
4	1	0,3	38	13,9	19	13,3	11	9,7	7	7,7	4	6,3
5	1	0,3	17	6,3	18	12,6	11	9,7	10	10,9	4	6,3
6	-	-	6	2,2	17	11,9	10	8,8	8	8,8	3	4,8
7	-	-	-	-	9	6,3	10	8,8	12	13,2	3	4,8
8	-	-	-	-	2	1,4	8	7,7	6	6,6	7	11,1
9	-	-	-	-	1	0,7	6	5,3	4	4,4	6	9,5
10	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4,4	2	3,2
11	-	-	-	-	-	-	2	1,7	-	-	2	3,2
12	-	-	-	-	-	-	1	0,8	3	3,3	1	1,6
13	-	-	-	-	-	-	1	0,8	-	-	2	3,2
14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,6
15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,6
Total	354	100	273	100	143	100	113	100	91	100	63	100
% de famílias infecundas												
		21,2		15,7		22,3		22		13,2		17,5
Média filhos/família												
		1,21		2,28		3,08		3,92		4,53		5,17
Média filhos/família fecunda												
		1,54		2,7		3,96		5,03		5,21		6,27

número médio de filhos por casal. O cálculo da duração média dos casamentos, confirma a pouca durabilidade das uniões que se situou à volta dos 11,5 anos, em 1651-1755.

Uma outra situação, algumas vezes referenciada nos registos paroquiais, era a ausência dos maridos que tinham ido para Índia, Brasil, Cabo Verde, Minas, Tânger. Esta ausência acabava também por se reflectir no baixo número médio dos nascimentos.

FILIAÇÃO ILEGÍTIMA. FILIAÇÃO NATURAL E ENJEITADOS

A ilegitimidade poderá ser considerada como um desvio às normas de conduta social e religiosa e, como tal, sujeita a sanções sociais que variam consoante as sociedades e tipos

de ilegitimidade. Aqui, analisaremos os expostos ou enjeitados, aqueles para quem não era conhecido pai nem mãe, e os nascimentos que ocorreram fora do casamento.

De um modo geral, na freguesia da Sé essas crianças eram filhas de mães conhecidas e de pais incógnitos. Na maioria dos casos, a escassez de informação sobre estado civil, naturalidade e residência não nos permitiu saber quem eram essas mulheres. Dos poucos casos conhecidos, as mães solteiras apareceram com maior frequência.

Apesar da preocupação com o casamento e do controlo social e religioso existente na época, observámos que, na freguesia da Sé, alguns casais viviam «amancebados» ou eram «amigos» como, por exemplo, Luís Monteiro da Silva e Benta Correia que, a 15 de Maio de 1601, casaram no Paço do Senhor Arcebispo por estarem «amancebados e postos em visitação».

Mas, entre a população com filhos ilegítimos encontravam-se também as escravas. A identificação das crianças filhas de escravas, permitiu-nos calcular a percentagem de fecundidade ilegítima, em relação ao total de nascimentos, separando os filhos de pessoas livres dos filhos das mulheres escravas.

Quadro 5: Filiação natural e enjeitados (% em relação ao total de nascimentos),
1563-1755

NASCIMENTOS	ILEGÍTIMOS LIVRES		ILEGÍTIMOS ESCRAVOS		ENJEITADOS	
OBS.	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%
15459	715	4,6	348	2,3	234	1,5

As percentagens de nascimentos ilegítimos foram 4,6% e 2,3% se considerarmos respectivamente os filhos de pessoas livres e os filhos ilegítimos de escravas, o que representa uma percentagem total de nascimentos ilegítimos de 6,9%, entre 1563 e 1755. Perante os valores encontrados, conclui-se que, na freguesia da Sé, a ilegitimidade parece ter assumido uma proporção bastante reduzida.

Dos poucos casos de mulheres livres, mães de filhos ilegítimos, com naturalidade conhecida, observámos que vinham sobretudo de outras freguesias de Lisboa e de locais pouco distantes, pertencentes ao Arcebispado de Lisboa, seguindo-se as naturais do Arcebispado de Braga. As mulheres escravas mães de filhos ilegítimos com naturalidades conhecidas vinham, sobretudo, da Costa da Mina, Angola e Cabo Verde, mas também das partes de Cacheu e da Índia. Esta diversidade de proveniências geográficas aponta, mais uma vez, para a grande mobilidade geográfica desta freguesia, nomeadamente inter-paroquial.

No que se refere aos enjeitados ou expostos, a percentagem foi de 1,5% em relação ao total dos nascimentos. As crianças com progenitores desconhecidos parece terem sido as menos frequentes na freguesia da Sé, durante esse período.

Pelos registos paroquiais, observámos que a Misericórdia, a Ribeira, o hospital, o adro da Sé, a igreja da Sé, a rua e as portas de residências foram apontados pelos párocos como locais de abandono de crianças.

A ocultação da paternidade das crianças no momento do baptismo devia-se a diversas situações de carácter social, cultural, económico e outras, levando a que, por vezes, mais tarde, fosse revelada a identidade dos pais. Alguns autores¹, por exemplo, têm defendido a existência de uma correlação entre o número de crianças abandonadas e as crises de subsistência. François Lebrun (1983) refere mesmo que, durante muito tempo, a miséria desempenhou um papel fundamental no abandono de crianças.

MORTALIDADE

CRISES DE MORTALIDADE NA POPULAÇÃO MAIOR DE SETE ANOS

Na paróquia da Sé, ao longo do nosso período de observação, os párocos foram registando óbitos de crianças, embora de uma forma não sistemática, facto que inviabilizou uma análise aprofundada da mortalidade e da mobilidade e afectou gravemente o estudo sobre a interacção das diferentes variáveis demográficas (AMORIM, 2006). Condicionados na nossa investigação e impossibilitados de proceder a abordagens de mortalidade infante-juvenil e cálculo de taxas brutas de mortalidade, entre outras, tentámos uma aproximação ao estudo desta variável demográfica, limitando-nos à observação de comportamentos dos indivíduos maiores de sete anos.

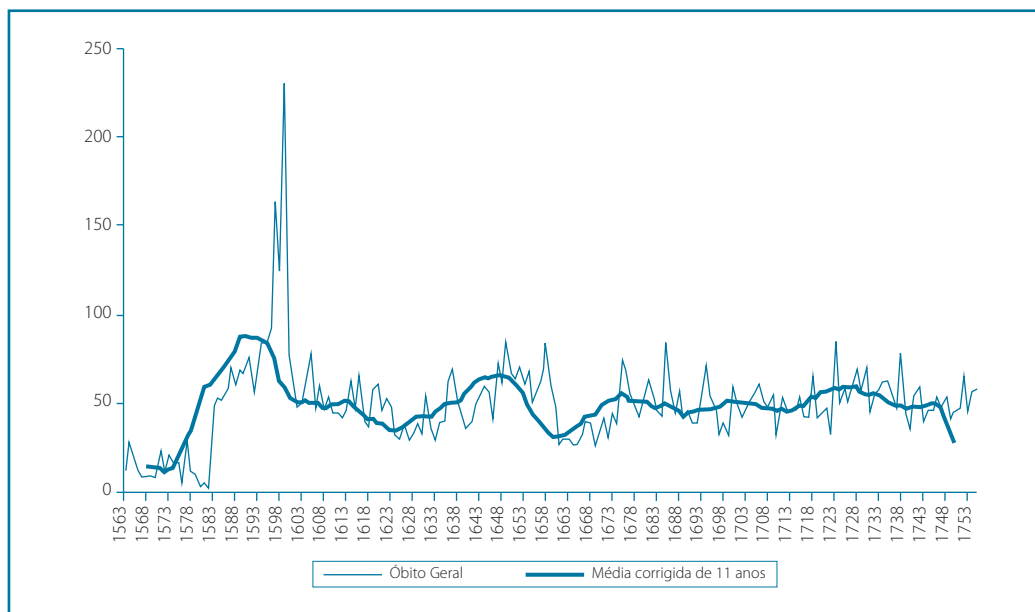
Sabemos que no Antigo Regime demográfico os níveis de mortalidade eram bastante elevados. Mas, os anos de crise, distinguem-se pelo seu carácter acidental, devido a causas esporádicas, incontrolláveis e de ocorrência periódica: guerras, catástrofes naturais, falhas alimentares, surtos de peste, com influência no crescimento demográfico natural das populações (RODRIGUES, 1990). Procurámos, por isso, identificar a existência de anos de mortalidade excepcional na freguesia da Sé, para a população maior de sete anos, entre 1563 e 1755.

Para diferenciarmos a mortalidade «normal» da mortalidade de «crise», socorremos do conceito de crise de mortalidade utilizado por Livi-Bacci (1984), considerando-se crise de mortalidade uma elevação anormal dos óbitos que atinge, em maior ou menor grau, a capacidade de reprodução das gerações antigas.

Com base no método de Lorenzo Del Planta e Massimo Livi-Bacci, consideram-se anos de crise, aqueles cujas mortes ultrapassam em mais de 50% a respectiva média móvel. Se o número de mortes de um ano normal duplicar, estamos perante uma pequena crise de mortalidade. Se esse valor quadruplicar, podem-se considerar crises graves.

¹ Autores como Jean-Louis Flandrin, François Lebrun, André Armengaud.

Gráfico 4: Crises de mortalidade dos maiores de sete anos (Método de Livi-Bacci/Del Planta),
1563-1755



Para o período de 1563-1755, os registos de óbito da paróquia da Sé permitiram-nos concluir que, no século XVI, a mortalidade dos indivíduos maiores de sete anos foi afectada por anos de crise em 1571 e 1573, com um número de mortes que quase duplicou a média anual de uma mortalidade considerada normal. Nesses anos, já passada a peste grande de 1569 que atingiu sobretudo Lisboa, esta cidade foi atingida por cheias, tremores de terra e conjunturas desfavoráveis (RODRIGUES, 1990) que, certamente, se reflectiram na elevação dos níveis de mortalidade adulta sentida na freguesia da Sé.

Passados estes anos de crise, as sucessivas conjunturas desfavoráveis voltaram a agravar-se nos últimos anos do século XVI. Através das rotas marítimas, tinha chegado a Lisboa a peste, já sentida no final de 1598, tornando-se mais violenta no início de 1599, e com reincidência em 1602 (RODRIGUES, 1990).

Na freguesia da Sé, os níveis de mortalidade adulta voltaram a subir em 1596, sendo no ano seguinte atingida por uma crise de grande intensidade, com um número de mortes superior ao dobro da média. Esta crise prolongou-se para 1598, embora com menor intensidade, mas com uma duplicação das mortes esperadas, vindo posteriormente a aumentar, transformando-se numa crise grave, em 1599. Nesse ano, o número de mortes registadas foi quatro vezes superior à respectiva média móvel. Os cinquenta e nove óbitos de adultos que, em média, ocorreriam nesta freguesia, caso se tratasse de um ano com uma mortalidade normal, subiram para duzentos e trinta. Essa elevação brusca do número de óbitos é bem visível através do gráfico 4. Trata-se da única crise grave identificada através dos registos de óbitos da paróquia da Sé, em 1563-1755.

Pelos assentos paroquiais sabemos que, nesta altura, morria-se de peste na freguesia da Sé e tentava-se que estes doentes se curassem em casa, como podemos ver pela descrição encontrada juntamente com registos de óbito desta paróquia e assinada pelo pároco Jorge Perdigão: «Aos 12 dias deste Dezembro de 1598 se apregoou por esta cidade, que se juntassem (em casa do doutor Henriques da Silva vereador da Câmara) todos os barbeiros, curgiões, físicos, para os doentes da peste se curarem em suas casas»².

Mas, tal como na cidade de Lisboa, na freguesia da Sé a peste continuava a matar no início do século XVII. Em 1600 e 1601, o número de mortes aí registadas foi ainda superior à média. Nesses anos, alguns assentos dos falecidos apontam como causa de morte, a peste.

Passados quatro anos, em 1605, o volume de óbitos da população adulta ultrapassou a média anual em pouco mais de cinquenta por cento, sendo, por isso, um ano de crise de mortalidade, ao qual se seguiu um período calmo, até 1615.

Em 1616 e 1619, a mortalidade dos maiores de sete anos voltou a agravar-se, atingindo valores próximos dos considerados crises de mortalidade. Em 1620, a freguesia da Sé voltou a ser atingida por uma crise de mortalidade adulta, com um número de óbitos que se desviou da média móvel, em mais de cinquenta por cento. Este período de sobre-mortalidade adulta enquadra-se nas conjunturas desfavoráveis sentidas em todo o Reino e doenças, nomeadamente o tifo que, em Lisboa, continuava a matar em 1620 e onde os óbitos tinham voltado a aumentar em 1615, e durante sete anos (RODRIGUES, 1990).

Relativamente à freguesia da Sé, registou-se uma subida do número de mortes em 1631 que se enquadra na crise geral sentida nesse ano na cidade de Lisboa, tendo como causa principal a peste (RODRIGUES, 1990).

Após uma relativa acalmia entre 1638 e 1646, esta freguesia voltou a ser bastante afectada pela mortalidade adulta entre 1647 e até ao final da década de sessenta, com um volume de óbitos quase sempre superior à média e com crises de mortalidade entre 1657 e 1660. Nesses anos de crise, os óbitos superiorizaram-se à média em mais de cinquenta por cento. O ano de 1658 foi o de maior gravidade, com um número de mortes que ultrapassou o dobro das que seriam esperadas num ano de mortalidade considerada normal. Para este período, admite-se uma possível influência da escassez alimentar e da peste que, em meados do século XVII, foi sentida no país e em diversos pontos da Europa, contribuindo para um acréscimo das mortes em Lisboa (RODRIGUES, 1990).

Em 1685, a freguesia da Sé voltou a ser atingida por uma crise de mortalidade na população adulta que se insere na crise geral sentida em Lisboa, originada pela degradação das condições de natureza socioeconómicas, e que levou a um agravamento geral dos níveis de mortalidade, atingindo, nesse ano, uma grande parte da cidade e todos os grupos etários.

Em 1694, a crise sentida nesta freguesia foi acompanhada por crises de natureza epidémica noutras freguesias da cidade e insere-se numa conjuntura que se caracterizou por maus anos agrícolas, escassez, subida dos preços dos alimentos e doenças (RODRIGUES, 1990).

² Livro 4 misto de registos paroquiais.

Relativamente ao século XVII, conclui-se que, na freguesia da Sé, a mortalidade mais gravosa foi sentida na segunda metade desse século.

No que se refere ao século XVIII, após os elevados níveis de mortalidade registados nesta freguesia em 1723, os óbitos voltaram a subir em 1730 e 1735, e uma crise de mortalidade atingiu a população adulta, em 1738. Em 1748 e 1749 voltou a registar-se uma subida dos óbitos dos maiores de sete anos, culminando numa crise de mortalidade, em 1750.

O cálculo das relações de masculinidade ao óbito da população maior de sete anos apontou para uma mortalidade masculina superior à mortalidade feminina. Em 1570-1749, em cada cem indivíduos do sexo feminino maiores de sete anos, morreram 108 indivíduos do sexo masculino. Segundo Teresa Rodrigues (1990), os homens foram os mais tocados pela morte, tanto em período de guerra como em 1599 e 1602, quando a peste atingiu a cidade de Lisboa, o que parece ter sido extensível à freguesia da Sé, onde em 1590-1599 e 1600-1609, em cada cem mulheres morreram 118 e 135 homens, respectivamente.

A grande mobilidade geográfica fez com muitos óbitos ocorridos nesta freguesia fossem de pessoas de fora que, numa determinada altura da vida e por motivos diversos, entraram na paróquia e aí acabaram por falecer.

As causas de morte eram algumas vezes anotadas nos registos de óbito da paróquia, sendo as mais frequentes devido ao parto, à peste e a doenças, entre outras. Sabemos que muitos casamentos eram interrompidos pela morte, muitas vezes precoce, de um dos cônjuges. No caso dos homens, muitos morriam em viagens marítimas. Nos registos de segundos casamentos houve casos em que foi dada a indicação por parte do cura que o marido da viúva tinha falecido nas partes da Índia, na África ou em viagem no mar.

SOCIEDADE

APROXIMAÇÃO À REALIDADE SOCIAL DA FREGUESIA DA SÉ PELOS REGISTOS PAROQUIAIS

Tendo por base as ocupações, cargos, títulos, formas de tratamento, casos de pobreza, posse de bens, bem como a referência a escravos feita nos registos paroquiais, tentámos identificar uma maior ou menor presença de diversas categorias sociais na freguesia da Sé, de modo a caracterizar sociologicamente a sua população. Embora nos tivéssemos debatido com a escassez de dados que se deveram a um registo não sistemático destas informações por parte dos párocos, não nos permitindo fazer afirmações conclusivas, os dados de que dispomos apontam para uma forte presença na freguesia de elementos do clero que ocupavam diversas posições na hierarquia religiosa e social, desde padres a cónegos, mas também bispos, arcebispos e outras dignidades eclesiásticas. Temos que ter presente que se tratava da freguesia onde se encontrava a Catedral de Lisboa e, por isso, a principal igreja da cidade.

Além do clero, os registos paroquiais revelam também a presença de famílias nobres e da aristocracia de corte na paróquia, identificadas pelo termo fidalgo, conde, cavaleiro,

marquês, e também pelas formas de tratamento, designadamente «Dom», «Dona», «Senhor», «Senhora», «Ilustríssimo», «Excelentíssimo».

A presença de letrados na freguesia observou-se através de profissões como juiz, mas, principalmente, pelas repetidas referências feitas a doutores e licenciados.

Mas, na freguesia da Sé passaram e residiram pessoas que ocupavam diversas profissões, como mercadores, naturais do Reino e estrangeiros, e pessoas ligadas aos ofícios mecânicos, nomeadamente sapateiros, barbeiros, canasteiros, alfaiates e muitos outros.

O maior número de registos que envolviam famílias ou indivíduos com profissões de natureza doméstica, nomeadamente criados e criadas, comparativamente com outras ocupações, justifica-se, com base em bibliografia, pelo facto da Sé ser uma freguesia nobre que necessitava de albergar um grande número de servidores, pois aí residiam, não só membros do clero, mas também nobres e burgueses ligados a actividades liberais.

A pobreza que existia na cidade de Lisboa e que nos é relatada em escritos da época foi extensível à freguesia da Sé. Aí identificámos diversos tipos de pobreza, sobretudo através dos registos de óbitos, quando os párocos justificavam o facto de o defunto não ter feito testamento porque era pobre, muito pobre, miserável, mendicante ou vagabundo, ou era sepultado por misericórdia. Contudo, a percentagem de pobres não foi muito elevada quando comparada com o total de óbitos, situando-se nos cerca de 2%, para a totalidade do período anterior ao terramoto. Admite-se, contudo, um sub-registo desta informação nos assentos paroquiais.

A observação do número de pessoas com testamentos declarados ao óbito, revelou uma percentagem à volta dos 20% do total de falecidos, percentagem que parece indiciar a presença de gente com posses na freguesia da Sé.

A presença de escravos foi também notória na freguesia. Alguns foram baptizados na paróquia já em idade adulta, vindo sobretudo da Costa de Cacheu, Costa da Mina e Cabo Verde. A observação dos senhores de escravos mostrou-nos que, nos casos em que essa informação nos era dada, os eclesiásticos, doutores e licenciados apareceram maioritariamente como seus proprietários.

A cadeia do Aljube, situada perto da Igreja da Sé, trouxe ainda à freguesia pessoas que aí se encontravam presas e o Recolhimento da Santa Casa da Misericórdia recolhia moças donzelas órfãs. Muitos desses presos e raparigas donzelas celebraram casamento na paróquia e outros, nela, acabaram por falecer.

NOTAS FINAIS

Nesta investigação, através da aplicação da metodologia de «reconstituição de paróquias» desenvolvida em Portugal por Norberta Amorim, procedemos ao levantamento exaustivo e sistemático dos registos paroquiais de baptismos, casamentos e óbitos da freguesia da Sé de Lisboa, entre 1563 e o terramoto de 1755.

Tratou-se de um trabalho que teve como principal objectivo o conhecimento de comportamentos demográficos de nupcialidade, fecundidade legítima e ilegítima, mortalidade e mobilidade da sua população, antes das grandes mudanças ocorridas no país e na

cidade de Lisboa a nível político, económico, social e também demográfico, devido à interrupção do crescimento populacional, inesperadamente quebrado em consequência do terramoto. Por outro lado, através da exploração dos dados qualitativos referidos pelos párocos, tentámos uma aproximação à realidade social da paróquia, nesse período.

Embora os registos paroquiais não apresentassem lacunas cronológicas, a forte mobilidade geográfica que caracterizou a freguesia da Sé e o facto de, nesta paróquia, os óbitos dos menores de sete anos não terem sido registados de uma forma sistemática, foram factores limitativos à análise das diversas variáveis demográficas.

Concluimos contudo que, no que se refere à nupcialidade, os registos de casamento apontam para a existência de baixas idades médias femininas e masculinas ao primeiro matrimónio. As mulheres casavam, em média, aos 21 anos e casavam com homens mais velhos. A idade média ao primeiro casamento masculino situou-se nos 26 anos de idade.

Pela naturalidade dos nubentes percebemos que a grande percentagem dos casamentos realizados na freguesia da Sé envolviam pessoas vindas de fora, o que aponta para uma grande abertura desta freguesia ao exterior e uma grande mobilidade geográfica. Muitos noivos eram naturais do Arcebispado de Lisboa, nomeadamente de freguesias vizinhas, o que revela uma intensa mobilidade interparoquial. Muitos vinham também do Arcebispado de Braga, o que revela a presença de pessoas vindas do norte do país.

Relativamente à fecundidade, observámos que, entre 1564 e 1755, as taxas de fecundidade legítima mais elevadas registaram-se nas mulheres dos grupos de idades inferiores aos 30 anos. A idade média ao nascimento do último filho rondou os 40 anos e a descendência teórica aproximou-se dos nove filhos por casal, comportamento característico de uma época de fecundidade não controlada, em que o comportamento reprodutivo das mulheres casadas, em convivência conjugal, parece ter sido constante.

Pela análise das famílias segundo o número de filhos, constatámos que a média foi 2,75 filhos por família, em 1651-1755. Contudo, ao introduzirmos a duração do casamento, a média subiu, sendo mais alta nos casais cuja durabilidade do matrimónio atingiu os 25-29 anos, com uma média de 5,17 filhos por família, nesse período. Conclui-se que, quanto maior fosse a durabilidade dos casamentos, maior seria a probabilidade das famílias terem mais filhos. O baixo número médio de filhos por família reflecte uma interferência da interrupção precoce do casamento no número de filhos por casal e aponta para elevados níveis de mortalidade adulta que, em parte, poderão explicar os elevados níveis de infecundidade encontrados nesta freguesia.

Relativamente aos nascimentos ilegítimos, não chegaram a atingir os 5% nas mulheres livres, em relação ao total de nascimentos ocorridos entre 1563 e 1755. Na população escrava, essa percentagem situou-se nos 2,3%. A percentagem de enjeitados foi ainda mais baixa, situando-se em 1,5%, nesse mesmo período. As mães de filhos ilegítimos, com naturalidade conhecida, vinham maioritariamente de outras freguesias de Lisboa e do seu termo. Muitas, vinham também do Arcebispado de Braga.

Na análise da mortalidade, impedidos de conhecer os níveis de mortalidade infantil e mortalidade de menores e, assim, procedermos a análises aprofundadas desta variável demográfica, analisámos a mortalidade excepcional e concluimos que 1597-1599 foi um

período de grande mortalidade, influenciado pela peste. No ano 1599, registou-se a única crise grave na freguesia da Sé, identificada através dos registos de óbito desta paróquia, entre 1563 e 1755.

No que se refere à mobilidade geográfica, pelas naturalidades dos indivíduos e pela dificuldade de os acompanharmos nas suas trajectórias de vida, pelo facto de saírem do nosso campo de observação, percebemos que se tratava de uma freguesia com uma forte mobilidade, ao longo de todo o período. A grande parte dos indivíduos com naturalidade conhecida era natural do exterior. O fenómeno da mobilidade geográfica na freguesia da Sé de Lisboa, insere-se no fenómeno migratório citadino que atingiu as cidades da Europa, nomeadamente os grandes portos marítimos.

Sendo Lisboa uma cidade portuária e, desde há muito, um grande pólo de atracção humano, localizada na convergência das grandes rotas do comércio mundial, tornou-se um importante centro comercial com intensos movimentos ligados aos tráficos internacionais que fizeram dela a única realidade urbana do país e uma grande cidade a nível europeu. Era uma cidade que concentrava o poder económico, político e religioso e também uma multiplicidade de actividades ligadas a cargos da administração pública, ao poder e à igreja.

Pelos registos paroquiais identificámos algumas dessas pessoas na freguesia da Sé, como vereador do Senado da Câmara, provedor, corregedor, muitos eclesiásticos, alguns nobres e da aristocracia de corte, referenciados por fidalgo, conde, cavaleiro, marquês, «Dom», «Dona». As muitas referências feitas a doutores e licenciados, apontam também para a presença de letrados na freguesia. Mas, nesta freguesia, muitos tinham profissões de natureza doméstica, como criados e criadas. Outros tinham profissões ligadas ao mar e a actividades desempenhadas na Ribeira, como vendedores, vendedeiras, regateiras. Outros ainda estavam ligados aos ofícios, como barbeiros, canastreiros, alfaiates. Mas, na freguesia da Sé havia também os pobres, referenciados sobretudo nos registos de óbito da paróquia. A presença de escravos foi também notória na freguesia e pertenciam nomeadamente a eclesiásticos, doutores e licenciados.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Livros de Registos Paroquiais da freguesia da Sé de Lisboa, anos de 1563 a 1755.

Fontes impressas e bibliografia

AMORIM, Maria Norberta (1987) – *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo demográfico*. Lisboa: INIC.

— (1991) – *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*. Braga: Universidade do Minho.

— (1992) – *Evolução Demográfica de Três Paróquias Do Sul do Pico-1680-1980*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

— (2004) – *Comportamentos demográficos de Antigo Regime na Península Ibérica*. «Ler História», 47, p. 147-170.

— (2006) – *Demografia histórica e história da Família. Perspectivas para um percurso integrado*. «Ler História», 50, p. 45-65.

BARATA, Ana Maria dos Santos Cardoso de Matos Temudo (1988) – *As Crises de Mortalidade em Lisboa no século XVIII*. Lisboa: UNL. Tese de mestrado.

- BARBOSA, Maria Hermínia Vieira (com a colaboração de Anabela de Deus Godinho) (2001) – *Crises de mortalidade em Portugal, desde meados do século XVI até ao início do século XX*. Guimarães: NEPS/ICS – Universidade do Minho.
- BIDEAU, Alain (1984) – *Mecanismos Auto-Reguladores de Populações Tradicionais*. In MARCÍLIO, Maria Luiza, org. – *População e Sociedade. Evolução das Sociedades Pré-Industriais*. Petrópolis: Vozes, p.47-68.
- BRANDÃO, João (de Buarcos) (1990) – *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*. Org. e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte.
- CASTELO-BRANCO, Fernando (1982) – *Lisboa vista pelos estrangeiros (Até aos fins do Século XVII)*. Separata de *Presença de Portugal no mundo. Actas de colóquio*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- CASTILHO, Júlio de (1935) – *Lisboa Antiga Bairros Orientais*. 2.ª ed. Lisboa, vol. V.
- (1936) – *Lisboa Antiga Bairros Orientais*. 2.ª ed. Lisboa, vol. VI.
- CONSTITUICOENS DO ARCEBISPADO DE LIXBOA, do padre José Caetano.
- COSTA, P. Antonio Carvalho da (1869) – *Corografia Portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal com as noticias das fundaçoes das cidades, villas, e lugares, que contêm; Varoens illustres, genealogias faz familias nobres, fundaçoes de conventos, catalogos dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, e outras curiosas observaçoens. Tomo Terceyro*. 2.ª ed. Braga: Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea.
- COUTO, Dejanirah (2004) – *História de Lisboa*. 6.ª ed. Lisboa: Gótica.
- DUBERT, Isidro (2007) – *Mobilidade poboacional e sistemas migratorios en Galicia ao remate do Antigo Réxime. Unha primeira aproximación*. In BORGE, Hernandez; LOPO, D. González Lopo, coords. – *Pasado e presente do fenómeno migratorio galego en Europa*. Santiago de Compostela: Edicións Sotelo Blanco, p. 119-153.
- DUPÂQUIER, Jacques (1984) – *Pour la Démographie Historique*. Paris: PUF.
- FLINN, Michael W. (1989) – *El sistema demográfico europeo, 1500-1820*. Barcelona: Editorial Crítica.
- GODINHO, Anabela Silva de Deus (1999) – *Comportamentos demográficos de uma freguesia rural do Baixo Alentejo: Selmes (séculos XVIII-XIX)*. Lisboa: ISCTE. Tese de mestrado.
- (2010) – *Lisboa Pré-Pombalina: A freguesia da Sé Demografia e Sociedade (1563-1755)*. Lisboa: ISCTE. Tese de doutoramento.
- GOIS, Damião de (1937) – *Lisboa de Quinhentos. Descrição de Lisboa*. Ed. bilingue, com tradução de latim de R. Machado. (1.ª ed.1554). Lisboa: Liv. Avelar Machado.
- LEBRUN, François (1983) – *A Vida Conjugal no Antigo Regime*. Lisboa: Edições Rolim.
- LIVI-BACCI, Massimo (1984) – *Crises de mortalidade: definição, métodos de cálculo, análise das consequências*. In MARCÍLIO, Maria Luiza, org. – *População e sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes.
- MACEDO, Luiz Pastor de (1939) – *A Rua das Canastras. Subsídios para a História das serventias públicas da Freguesia da Sé de Lisboa*. Lisboa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1994) – *Depois da Reconquista. A cidade na Baixa Idade Média*. MOITA, Irisalva, coord. – *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- (1995) – *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- MATOS, José Luís (1994) – *As escavações no interior dos claustros da Sé e o seu contributo para o conhecimento das origens de Lisboa*. MOITA, Irisalva, coord. – *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MOITA, Irisalva, coord. (1994) – *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo de Freitas (1996) – *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- MURTEIRA, Helena (1999) – *Lisboa da Restauração às Luzes*. Lisboa: Editorial Presença.
- OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de (1938) – *Sumário em que brevemente se contém algumas cousas (assim eclesiasticas como seculares) que há na cidade de Lisboa*. Lisboa: Biblion.
- (1987) – *Lisboa em 1551 Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiasticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*. (Ed. de 1554-1555). Lisboa: Livros Horizonte.

- OLIVEIRA, Frei Nicolau de (1991) – *Livro das Grandezas de Lisboa*. Prefácio de Francisco Santana, texto actualizado por Maria Helena Bastos. (1.ª ed. 1620). Lisboa: Vega.
- PEREIRA, Isaías Rosa (1990) – *Para a História da Freguesia da Sé de Lisboa*. Lisboa: Edição do Cabido da Sé Patriarcal de Lisboa.
- RODRIGUES, José Albertino (1970) – *Ecologia urbana de Lisboa na segunda metade de Século XVI*. «Análise Social», vol. VIII: 29, p. 96-115.
- RODRIGUES, Teresa (1990) – *Crises de Mortalidade em Lisboa: séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizonte.
- (1994) – *Um espaço urbano em expansão. Da Lisboa de quinhentos à Lisboa do século XX*. «Penélope, Fazer e desfazer a História», 13, p. 95-117.
- (1995) – *Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista. Migrações, Mortalidade e desenvolvimento*. 1.ª ed. Lisboa: Edições Cosmos.
- (1997) – *Cinco séculos de quotidiano: a vida em Lisboa do século XV aos nossos dias*. Lisboa: Edições Cosmos.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1990) – *História de Portugal*. Editorial Verbo.
- SERRÃO, Joel (1973) – *Demografia Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SERRÃO, Joel, dir. (1990) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 6 vols.
- WRIGLEY, E. A. (1985) – *Historia y población. Introducción a la demografía histórica*. Barcelona: Editorial Crítica.

